



AO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL DA COMARCA DE MARINGÁ -  
ESTADO DO PARANÁ

AUTOS Nº 0028513-66.2024.8.16.0017

CIRURGICA PARANA - DISTRIBUIDORA, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA; CPE - COMERCIO, IMPORTADORA E EXPORTADORA DE ELETRONICOS LTDA; SOS DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA; TOP SERVICOS APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, ambos ora referidos como GRUPO CIRÚRGICA PARANÁ, já devidamente qualificados nos autos em epígrafe de Recuperação Judicial, vêm com respeito e urbanidade perante este d. Juízo, considerando que se aproxima o encerramento do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a que se refere o art. 6º, § 4º da Lei 11.101/2005, vêm à d. presença de V. Exa. a fim de expor e requerer o que segue.

1. Da Possibilidade de Prorrogação do Prazo de Suspensão de Ações e Execuções. Art. 6º, § 4º da Lei 11.101/2005:

A presente Recuperação Judicial foi distribuída em 01/11/2024, sendo o processamento deferido em decisão de 06/11/2024 (mov. 11), onde constou (item 4) a expressa suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, que perdura, inicialmente pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, na exegese do art. 6º, § 4º da Lei 11.101/05.

**Maringá**  
+55 44 3227-5678  
Av. Euclides da Cunha, 1277  
Zona 05 - CEP 87015-180

**Londrina**  
+55 43 3014-1488  
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas  
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium  
Bela Suíça - CEP 86050-270

**Curitiba**  
+55 41 3352-1289  
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala  
1603, Ed. World Business  
Conjunto Cívico - CEP 80530-000



#### 4. DA SUSPENSÕES PROCESSUAIS – *STAY PERIOD*

**Suspendo** a prescrição das obrigações da devedora sujeitas à LRF, **suspendo** as execuções ajuizadas contra a devedora inclusive daquelas em face de sócio solidário por créditos sujeitos à RJ, e **proíbo** qualquer expropriação contra a devedora (retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição), **pelo prazo de 180 dias contados desta data**, na forma do art. 6º, §4º, da LRF.

Salvo melhor juízo, o prazo se encerrará em 05/05/2024, sendo que, até o presente momento, não houve a submissão do Plano de Recuperação Judicial à Assembleia Geral de Credores.

Note-se que o prazo de suspensão dos processos por 180 (cento e oitenta) dias em razão do processamento da Recuperação Judicial (art. 6º da Lei 11.101/05) é prazo processual, e sujeito a eventual dilação, conforme o próprio § 4º (“as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período”), e o entendimento pacificado dos Tribunais pátrios.

Fato é, contudo, que uma vez encerrado o prazo de suspensão de ações e execuções, os credores poderão dar andamento em medidas constritivas passíveis de afetar o andamento da Recuperação Judicial e, notoriamente, até inviabilizar por completo o seu prosseguimento.

Nesse sentido, a análise dos presentes autos dá conta de que há pendência de atos processuais a serem realizados e prazos a serem cumpridos, antes que se possa seguir para a realização da Assembleia Geral de Credores, e com isso se obter a aprovação do plano de Recuperação Judicial apresentado e ou qualquer substitutivo ao mesmo, oportunizando afinal o pagamento da comunidade de credores.

#### Maringá

+55 44 3227-5678  
Av. Euclides da Cunha, 1277  
Zona 05 – CEP 87015-180

#### Londrina

+55 43 3014-1488  
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas  
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium  
Bela Suíça – CEP 86050-270

#### Curitiba

+55 41 3352-1289  
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala  
1603, Ed. World Business  
Conjunto Cívico – CEP 80530-000





Por este motivo, é que as Recuperandas vêm à presença de V. Exa., com o habitual respeito, a fim de obter a prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções em face das mesmas, nos termos do art. 6º, § 4º da Lei 11.101/2005.

Ademais, como bem exemplifica o Professor Marcelo Sacramone o prazo de 180 (cento e oitenta) dias determinado em lei não acompanha a realidade jurisdicional brasileira, tratando-se de mero idealismo processual e que na prática não se opera. Conforme pondera em sua obra<sup>1</sup> o tempo médio para se alcançar ao menos a instalação da AGC no Brasil é de em média 456 dias e para aprovação do Plano somam-se mais 553 dias em varas não especializadas:

Tabela 7.8: Tempo mediano até a primeira AGC separado pela localidade de tramitação.

Tipo de vara	Frequência	Tempo mediano até 1ª AGC
Comum	412	456
Especializada	164	327

Tabela 7.9: Tempo mediano até a última sessão da AGC que deliberou sobre o plano separado por localidade.

Tipo de vara	Frequência	Tempo mediano até AGC
Comum	405	553
Especializada	158	384

<sup>1</sup> Sacramone, Marcelo Barbosa. Nunes, Marcelo Guedes. Direito Societário e Recuperação de Empresas: Estudos de Jurimetria. Indaiatuba, São Paulo: Editora Foco, 2021.



Veja-se, Excelência, que os presentes autos não fogem da média traçada acima, já que conta, na presente data, com 167 dias de tramitação.

Isto posto, de modo a preservar o procedimento de soerguimento das Recuperandas e do ambiente negocial que a precede, de mister importância a prorrogação do período de suspensão, na forma positivada no art. 6º, § 4º da Lei 11.101/05.

Outrossim, a finalidade precípua do prazo automático de *stay period* é viabilizar a discussão equilibrada entre devedores e credores acerca dos prazos e condições de pagamento, o que deve acontecer à margem da prática de atos expropriatórios praticados por credores de forma individual. Nesse sentido, é importante salientar o que leciona o art. 6º, §4º da Lei 11.101/2005:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

[...]

§ 4º Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, **desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.**

É de se sobrepesar que até o presente momento as Recuperandas não gozaram de prorrogação do prazo do *stay period*, adequando-se perfeitamente ao benefício supracitado.

Ainda, a situação demonstrada nos presentes autos é a de que as Recuperandas vêm atuando ostensivamente durante todo o processo, respeitando os prazos processuais e imprimindo a velocidade necessária a todos os atos praticados.

#### Maringá

+55 44 3227-5678  
Av. Euclides da Cunha, 1277  
Zona 05 - CEP 87015-180

#### Londrina

+55 43 3014-1488  
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas  
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium  
Bela Suíça - CEP 86050-270

#### Curitiba

+55 41 3352-1289  
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala  
1603, Ed. World Business  
Conjunto Cívico - CEP 80530-000





As Recuperandas, contudo, carecem da necessária suspensão de processos e execuções, sobretudo quando não contribuíram, de qualquer forma, para deflagrar a necessidade de que seja concedida a prorrogação do *stay period*, conforme exposto.

Há de se ressaltar ainda que a prorrogação do *stay period* é medida que melhor atende o espírito da lei, já que como dita o art. 47 da Lei 11.101/05 a Recuperação Judicial é instituto que trabalha para o soerguimento da empresa visando sua manutenção ativa no mercado como fonte geradora de renda e empregos.

Logo, o período de blindagem durante a tramitação do processo é de mister relevância não só para preservar o ativo não circulante das Recuperandas, as negociações com credores, como também para viabilizar o cumprimento do Plano Recuperacional a ser aprovado.

Com base nestes princípios, a jurisprudência se firmou no sentido de relativizar a norma do art. 6º, §4º da Lei 11.101/05, passando a permitir a extensão do prazo legal de 180 (cento e oitenta) dias, diante das particularidades de cada caso.

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Pretensa prorrogação do stay period. Possibilidade. Necessidade que se deu por fatos alheios à conduta da agravante. Ausência de demonstração de inércia da recuperanda. Princípio da preservação da empresa. Inteligência dos artigos 6º, § 4, e 47, da lei 11.101/2005. Precedentes desta corte. Recurso conhecido e provido. (tjpr - 18ª câmara cível - 0033416-69.2022.8.16.0000 - união da vitória - rel.: desembargador hamilton rafael marins schwartz - j. 24.10.2022)

Agravo de instrumento - ação de recuperação judicial - decisão agravada que deferiu pedido de prorrogação do prazo de suspensão (stay period) - manutenção - hipótese positivada no artigo 6º, § 4º, da lei nº 11.101/05, após alteração legislativa promovida pela lei nº 14. 112/20 - entendimento consolidado no

#### Maringá

+55 44 3227-5678  
Av. Euclides da Cunha, 1277  
Zona 05 - CEP 87015-180

#### Londrina

+55 43 3014-1488  
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas  
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium  
Bela Suíça - CEP 86050-270

#### Curitiba

+55 41 3352-1289  
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala  
1603, Ed. World Business  
Conjunto Cívico - CEP 80530-000





superior tribunal de justiça e nesta corte – ausência de demonstração de inércia da recuperanda – demora que não pode ser imputada à autora – manifestação da administradora judicial e da d. Procuradoria-geral de justiça nesse mesmo sentido – recurso desprovido (tjpr – 18ª c.cível – 0007929-97.2022.8.16.0000 – curitiba – rel.: desembargadora denise kruger pereira – j. 11.07.2022)

Por todo o exposto, requer-se, com a devida vênia, a prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções individuais movidas em face das Recuperandas, preferencialmente, até a apreciação do resultado da Assembleia Geral de Credores, nos termos do art. 6º, § 4º da Lei nº 11.101/05 e conforme os precedentes jurisprudenciais mencionados.

Nestes termos, pede deferimento.

Maringá, 17 de abril de 2025.

**ADRIANA ELIZA FEDERICHE MINCACHE**

OAB/PR 34.429

**ALAN ROGÉRIO MINCACHE**

OAB/PR 31.976

**Maringá**

+55 44 3227-5678  
Av. Euclides da Cunha, 1277  
Zona 05 – CEP 87015-180

**Londrina**

+55 43 3014-1488  
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas  
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium  
Bela Suíça – CEP 86050-270

**Curitiba**

+55 41 3352-1289  
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala  
1603, Ed. World Business  
Conjunto Cívico – CEP 80530-000

